

Governo gasta em 1º grau menos que o previsto em lei

Pela Constituição, ensino básico deveria ter recebido Cr\$ 148,9 bilhões, mas teve Cr\$ 19,6 bilhões

Estudo recente realizado pelo pesquisador José Amaral Sobrinho, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), mostrou que o governo federal não gastou com o ensino fundamental, em 1990, o mínimo exigido pela Constituição Federal. Segundo Sobrinho, pela legislação o ensino de 1º grau deveria ter recebido Cr\$ 148,9 bilhões, mas teve somente Cr\$ 19,6 bilhões. O governo deve reservar à primeira etapa escolar e à alfabetização metade dos 18% que gasta com educação, mas aplicou apenas 6,6%.

O estudo foi apresentado pela primeira vez ontem, na 6ª Conferência Brasileira de Educação, que se realiza na Universidade de São Paulo (USP). De acordo com Sobrinho, a estatística do Ipea mostra que o ensino básico ainda não é prioridade. As universidades federais receberam 67% da verba — ou seja, Cr\$ 200 bilhões. "Mais do que deveriam, pela legislação", diz Sobrinho.

No Ministério da Educação (MEC), o impasse da distribuição do dinheiro está preocupando o novo ministro José Goldemberg. Conforme cálculos de técnicos do MEC, o ministério precisaria ter US\$ 1 bilhão (Cr\$ 420 bilhões) a mais para conseguir cumprir a Constituição. Em 1990, dos US\$ 6,2 bilhões do orçamento do MEC, US\$ 3,8 bilhões foram gastos pelas universidades.

Se fosse seguida a proporção

correta, as universidades federais correriam o risco de quebrar. "Mas temos de dar prioridade ao ensino fundamental", sustenta Goldemberg. O ministério procura maneiras de desfazer o nó criado pela Constituição.

DIMINUIÇÃO DE VERBA

De acordo com o pesquisador Sobrinho, porém, antes de a Constituição obrigar o gasto com 1º grau, em 1988, a proporção era mantida. "Esperávamos por isso que aumentassem as verbas em 1990, mas diminuíram", afirma o técnico do Ipea.

Sobrinho diz que o argumento utilizado pelo governo para não investir o previsto é

que os gastos com ensino fundamental caberiam principalmente aos Estados e municípios. Mas esses também não cumprem fielmente suas metas. No ano passado, o Tribunal de Contas descobriu que 130 municípios paulistas gastaram menos de 25% do orçamento na área.

O estudo do Ipea foi apresentado no primeiro dia do maior encontro destinado a discutir assuntos educacionais realizado no País. Cerca de 4 mil pessoas compareceram à conferência, promovida pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, entre outras entidades. O encontro prosseguirá até amanhã.

UNIVERSIDADE PAGA

O reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Eduardo Coelho, apresentou ontem uma análise do projeto de autonomia universitária do MEC. O projeto previa, entre outras questões, a cobrança de anuidades nas universidades públicas e um serviço civil obrigatório para quem não pudesse pagar. A proposta foi retirada pelo governo e deve ser reapresentada sobre outra forma.

Na análise de Coelho, a cobrança não chegará a valores que justifiquem a medida. Para o reitor, é mais urgente que o ministério reveja o orçamento das universidades. Em 1992, conforme o estudo apresentado, o orçamento das instituições de ensino superior deverá sofrer uma queda de 50% em relação a 1991. As universidades gastam 95% do que recebem com salários.



Paulo Vitale/AE

José Goldemberg: prioridades